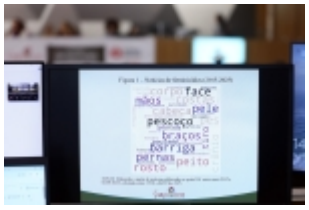
Violência sem rosto: debate na ALMG alerta para escalada brutal de feminicídios no Brasil



Peito. Face. Cabeça. Mãos. Pescoço. Palavras que, isoladamente, parecem apenas partes do corpo humano. Mas, quando reunidas, revelam uma realidade brutal: são os locais mais atingidos nos casos de feminicídio registrados pela imprensa brasileira entre 2015 e 2025. A constatação foi apresentada durante o Ciclo de Debates "Educar, decidir, efetivar: bases para enfrentar o feminicídio e as violências contra as mulheres e garantir direitos", realizado na tarde desta quinta-feira (12), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O encontro integra a programação do Sempre Vivas 2026, iniciativa que marca anualmente o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março.

Durante a primeira mesa do evento, intitulada "Da violência ao feminicídio: falhas na prevenção e na proteção da mulher", a professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Cláudia Maia, coordenadora do Observatório Norte-Mineiro de Violência de Gênero, fez um alerta contundente sobre o cenário atual.

Segundo ela, os dados revelam uma realidade alarmante. "Existe, de fato, uma guerra contra nós", afirmou, ao apresentar uma análise das notícias que registram feminicídios no país.

De acordo com a pesquisadora, os crimes demonstram níveis extremos de violência e crueldade. "Esses homens buscam atingir aquilo que simboliza o feminino. Por isso, o rosto das mulheres, por exemplo, se torna alvo preferencial. Trata-se de um crime de ódio ao feminino", explicou.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 apontam que o Brasil registrou cerca de 1.470 feminicídios no último ano, o maior número desde que o crime passou a ser tipificado na legislação, em 2015.

Cláudia Maia destacou ainda que, apesar da criação de 106 leis durante o período da pandemia voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, os índices continuam crescendo. Para ela, um dos desafios centrais é desnaturalizar a violência contra a mulher.

A pesquisadora também criticou a forma como parte da imprensa retrata esses crimes, muitas vezes tratando casos de feminicídio como simples "brigas de casal". "Feminicídio não é crime passional. É crime de poder", enfatizou.

Ela explicou que, em uma sociedade ainda marcada por estruturas patriarcais, a autonomia feminina pode provocar reações violentas. "Não é coincidência que muitos crimes aconteçam quando mulheres decidem terminar relacionamentos abusivos", afirmou.

Outro ponto levantado pela pesquisadora foi o crescimento de grupos misóginos na internet, como

os movimentos Redpill e Incel, que difundem discursos de ódio contra mulheres. Para ela, enfrentar essas redes e investir em políticas preventivas é fundamental para reduzir a violência.

A presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, deputada Ana Paula Siqueira (Rede), também destacou a gravidade do cenário. A parlamentar citou um caso recente de estupro coletivo envolvendo adolescentes no Rio de Janeiro e alertou para a influência de discursos misóginos nas redes sociais.

O debate também abordou a violência contra mulheres trans. A pesquisadora em políticas públicas e direitos humanos Anna Tulie chamou atenção para o transfeminicídio e para as falhas das instituições de segurança pública em registrar corretamente esses crimes.

Segundo ela, cerca de 80% das pessoas trans assassinadas no Brasil são negras, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que considerem também o recorte racial.

Anna Tulie criticou a ausência de dados oficiais sobre mortes de mulheres trans e denunciou o apagamento institucional dessas identidades. “O poder público muitas vezes ignora identidades que fogem da cisnormatividade”, afirmou.

Ela também relembrou o caso de Alice Martins Alves, mulher trans de 33 anos espancada em outubro de 2025 na Savassi, em Belo Horizonte, que morreu após receber alta hospitalar com uma fratura interna não tratada.

Para a pesquisadora, o caso evidencia falhas graves nos sistemas de saúde e de segurança pública. “As investigações só avançaram depois que o pai de Alice denunciou a negligência nas redes sociais”, relatou.

O ciclo de debates reforçou a urgência de ampliar políticas de prevenção, fortalecer redes de proteção e enfrentar as raízes culturais da violência de gênero no país.

Foto: Divulgação

https://jornalpanfletus.com.br/noticia/7902/violencia-sem-rosto-debate-na-almg-alerta-para-escalada-brutal-de-feminicidios-no-brasil em 17/10/2026 00:05